

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

A outra falta de energia

MARINA SILVA

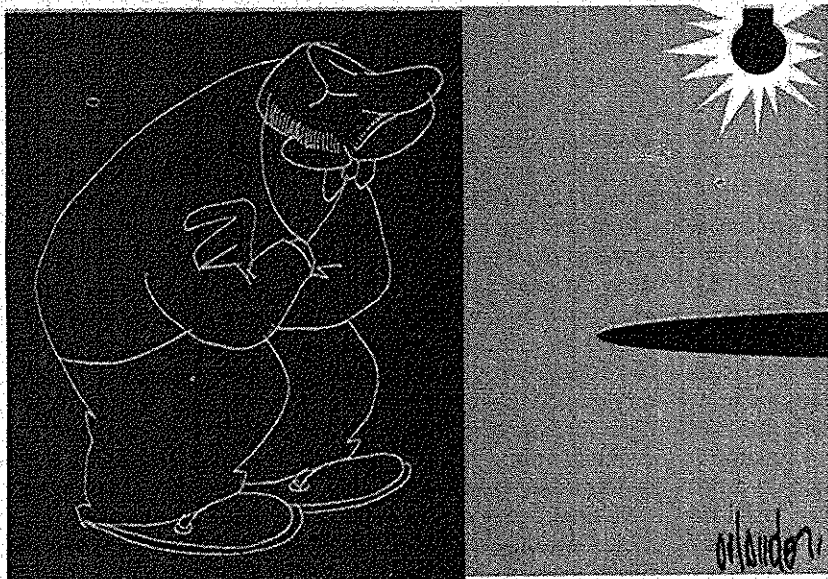
A PRIMEIRA Semana do Meio Ambiente do século e do milênio também foi a primeira semana do racionamento de energia. Mas é preciso apontar outra falta de energia, a de energia política estratégica no país para levar adiante um projeto de desenvolvimento que mereça o nome. O governo vinha sendo alertado havia muito tempo, inclusive por seus setores especializados, sobre a gravidade da crise que se aproximava. Recebeu e desdenhou sugestões e propostas de providências antecipadas. Culpar a falta de chuvas chegou a ser patético. Foi como culpar o bilheteiro pelo fracasso do espetáculo.

Mais do que energia elétrica, a falta de estratégia é dramática. Sob a capa falsa de um projeto de modernização, vê-se um comportamento errático. Em lugar de políticas públicas consistentes, vemos a criação de personagens para absorver impactos. É o "ministro da apagão", o "ministro da seca", a corregedora-geral. Mesmo as boas iniciativas do governo acabam comprometidas por falta de coerência no conjunto.

É sabido que o uso do solo altera o regime hidrológico. Desmatamentos e práticas agrícolas inadequadas têm como consequência sedimentos que, carregados pelos rios, se depositam principalmente nos reservatórios das hidrelétricas. Embora essa previsão seja usual no cálculo de reservatórios, o ritmo do assoreamento no Brasil tem sido muito mais intenso. Se ele não é o elemento decisivo da situação atual, poderá vir a ser, pois o país, com a conviência das políticas governamentais, continua considerando desmatamentos e práticas agrícolas predatórias como necessárias para o crescimento econômico.

Um projeto de desenvolvimento consistente deveria necessariamente estar baseado no uso inteligente de nosso incomparável patrimônio de recursos naturais para garantir energia, comida, emprego e crescimento. Mas, tendo como guia as imposições do FMI, o governo fez o país desembocar nessa crise. E ainda produzirá outras, agindo como o aprendiz de equilibrista que tenta segurar todos os pratos no ar, até que deixa cair todos. A substituição do pensamento estratégico pelo economicismo equilibrista e tarefeiro está em quase todas as grandes decisões de governo.

Um exemplo: a usina de Sobradinho, na Bahia, integrante do sistema Chesf, foi usada para mandar grande quantidade de energia para o Sudeste em 2000. Se a água de Sobradinho e de outras barragens da Chesf tivesse ficado estocada, hoje o Nordeste não teria essa falta excepcional de água em seus reservatórios. O Sudeste teria sofrido alguma



Mais do que de energia, a falta de estratégia é dramática; sob a capa da modernização vê-se um comportamento errático

contenção, mas seguramente não o racionamento drástico de hoje.

A gestão da energia não se coaduna com decisões de curto prazo ou com conveniências econômicas conjunturais. É, por natureza, abrangente. Diferentemente da visão perdulária, individualista e consumista, energia é um tema que não pode se dissociar da comunidade, dos conceitos de conservação e de desenvolvimento, da proteção ambiental e da promoção de fontes renováveis e de técnicas menos agressivas para o ambiente e para a saúde humana.

Há providências primárias que se impõem ao Brasil diante da atual crise, como promover o aumento emergencial dos investimentos na pesquisa de fontes alternativas de energia e reforçar a pesquisa aplicada. Temos de implantar — e reforçar os já existentes — experimentos em energia eólica, energia solar, de biomassa e de biogás, entre outras. É com mais investimentos na diversificação da matriz energética que aperfeiçoaremos as respectivas tecnologias.

Nosso atraso é bem exemplificado no caso da energia eólica, baseada na força dos ventos. Merecem elogios as iniciativas de Ceará e Pernambuco, que há anos investem nessa alternativa. Lester Brown, do Worldwatch Institute, critica o governo Bush por ter um programa energético mais adequado ao início do século 20 do que ao início do século 21,

com grande incentivo ao uso do carvão. Mesmo assim os EUA de Bush deverão aumentar em 60% a capacidade de geração de energia eólica neste ano!

Com a queda nos custos de geração e a crescente preocupação com as mudanças climáticas, mais países se voltam para a energia eólica. Segundo Brown, a Dinamarca, líder mundial nessa tecnologia, obtém 15% de toda a sua energia a partir dessa fonte. A Associação Europeia de Energia Eólica, que em 1996 estabeleceu a meta de 40 mil MW para a Europa até 2010, elevou sua estimativa para 60 mil MW. E nós? Quase nada além de esforços experimentais isolados e truques de última hora com energia hidrelétrica, que responde por 86% da matriz energética brasileira.

Uma das maneiras mais eficazes de investir menos nas formas convencionais é investir em caminhos permanentes de redução do consumo. O Procel, da Eletrobrás, tem de ser reforçado. Outro caminho é aproveitar melhor os cerca de R\$ 220 milhões anuais que as concessionárias de energia são obrigadas a investir, por lei, em ações de conservação. Hoje, o governo permite que elas canalizem esses recursos para o melhoramento de suas instalações, o que teriam de fazer com investimentos de seus cofres.

Há previsões de que a demanda mundial de energia dobrará até 2030. Não podemos nos render à fatalidade do esgotamento das fontes não-renováveis e da destruição do ambiente. Nossos governos, nas suas três esferas, e a sociedade têm de iniciar um amplo movimento, que vá além de cortes, sobretaxas e apagões. É preciso restaurar uma relação inteligente e justa com a energia da natureza, matéria simbólica e real da nossa própria condição humana.